

Leonardo Boff*

A corrupção naturalizada, em fim desmascarada: o banco Master

A liquidação oficial do Banco Master, cujo dono principal era Daniel Vorcaro, desmascarou uma cadeia de corrupções envolvendo praticamente as principais instituições nacionais, segundo alguns, até a suprema corte judicial. Como o tema é atualíssimo, retomo um pequeno estudo, feito há tempos, com as atualizações necessárias.

Consideremos o conceito de corrupção e sua origem histórico-social. A palavra corrupção tem sua origem na teologia. Antes de se falar em pecado original, expressão que não consta na Bíblia, se dizia que o ser humano concreto vive numa situação de corrupção. Mas foi Santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona, hoje Argélia, no ano 416 numa troca de cartas com São Jerônimo que criou a palavra pecado original, transmitido pelo ato sexual, pecado que corrompe o ser humano desde o seu nascimento. Ai usa a palavra corrupção geral. Ele explica a etimologia: corrupção é ter um coração (cor) rompido (ruptus) e pervertido. O filósofo Immanuel Kant não dizia outra coisa: "somos um lenho torto do qual não se podem tirar tábuas retas".

Em outras palavras: há uma força do negativo em nós que nos incita ao desvio que é a corrupção. Ela não é fatal. Pode ser controlada e superada, segundo Santo Agostinho, pelas virtudes e pela graça divina, senão segue sua tendência.

Como se explica a corrupção no Brasil? Identifico, com outros analistas, três razões básicas entre outras: a histórica, a política e a cultural. A razão histórica: somos herdeiros de uma perversa herança colonial e escravocrata que marcou nossos hábitos. A colonização e a escravidão são instituições objetivamente violentas e desumanas. Então as pessoas subalternas para sobreviverem, eram levadas a corromper, quer dizer: subornar, conseguir favores mediante trocas, peculato ou nepotismo.

Por exemplo, vigora corrupção sistêmica na sonegação de impostos e nas contribuições ao INSS. O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, em seu "Sonegômetro" denunciou, que nos últimos anos, a sonegação anual seria por volta de 158 bilhões. Isso é muito mais do que o "Petrolão" em apenas 5 meses (cf. Tomás Rigoletto Pernías em Brasil Debate de 25/04/2017). Muitos corrompem Procuradores ou estes se deixam corromper.

A razão política: nas palavras do sociólogo Jessé Souza: "A corrupção política, é a legitimação da elite brasileira para manipular a sociedade e tornar o Estado seu banco particular. A captura do Estado pelos proprietários, obviamente, é a verdadeira corrupção".

Ademais, importa reconhecer que o capitalismo, agora sob o nome de neoliberalismo, mas sempre como modo de produção depredador da natureza e opressor dos trabalhadores e, pior, como cultura do capital, aqui e no mundo é, um sistema, em sua lógica interna, corrupto, embora aceite socialmente. Ele simplesmente impõe a dominação do capital sobre o trabalho e da tecnologia so-

bre a natureza devastando-a sem tomar em conta as externalidades deixadas à responsabilidade do Estado. O capitalismo instalado no Brasil é periférico e selvagem, mas não em todos, e nunca passou por um processo de humanização.

Por isso, o capitalismo é por natureza antidemocrático, pois a democracia supõe uma igualdade básica dos cidadãos e direitos garantidos, aqui permanentemente violados. Querendo ser representativa dos eleitores, na verdade, representa os interesses das elites do atraso, dominantes, e daqueles que financiaram suas campanhas eleitorais e não os interesses gerais da nação. É o caso da atual Câmara dos Deputados, a pior de nossa história.

Razão Cultural: A cultura dita regras socialmente reconhecidas. Roberto Pompeu de Toledo escreveu em 1994 na Revista Veja: "Hoje sabemos que a corrupção faz parte de nosso sistema de poder tanto quanto o arroz e o feijão de nossas refeições".

Os corruptos são vistos como espertos e não como criminosos que de fato são. Via de regra podemos dizer: quanto mais desigual e injusta é uma sociedade, mais se cria um caldo cultural que permite e tolera a corrupção e a impunidade.

Especialmente nos portadores de poder se manifesta a tendência à corrupção. Quem viu claro esta conexão entre poder e corrupção foi o Lord John Emerich Edward Dalberg-Acton (1848-1902). Católico e de família aristocrática anglo-italo-alemã, foi professor de história em Cambridge. Na data de 5 de abril de 1887 escreveu uma carta a seu colega Mandell Creighton em que dizia: "O poder tem a tendência a se corromper e o absoluto poder a se corromper absolutamente".

Não sei se por pessimismo ou por realismo afirmava também: "Meu dogma é a geral maldade dos homens com autoridade; são os que mais corrompem". No Brasil isso parece se verificar.

O encaminhamento do processo contra Vorcaro e o ex-banco Master vai, seguramente, revelar uma estarrecedora corrente de corrupção, envolvendo políticos de todos os matizes e a família Bolsonaro no seu intento de forjar um filme exaltatório sobre o condenado golpista ex-Presidente.

Como superar a corrupção? De princípio, sempre confiar-desconfiando do ser humano porque nunca é imune de abusar do poder do dinheiro. Nada de dar cheques em branco. Depois, evitar a concentração de poder. A divisão dos poderes foi pensada para evitar a corrupção possível. Em seguida, o controle da sociedade usando especialmente a multimídia. Exigir sempre transparência em todos os procedimentos. Por fim punir os corruptos com penas pesadas por terem cometido um crime grave que lesa o bem comum.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>; escreve também Transparência nas pessoas e instituições Vozes 2025 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Vinicius Lummertz*

Cloud Capitalism e o novo feudalismo digital

O capitalismo está mudando de natureza. Talvez estejamos entrando numa fase histórica em que os ativos centrais da economia deixam de ser fábricas, petróleo ou território físico para se tornarem dados, inteligência artificial, computação em nuvem e controle algorítmico da vida humana.

Não é apenas uma revolução tecnológica. Pode ser uma transformação estrutural do próprio sistema econômico.

O economista Yanis Varoufakis chamou esse fenômeno de "tecnofeudalismo". Segundo ele, parte do capitalismo competitivo está sendo substituída por plataformas digitais que funcionam como verdadeiros feudos globais. Elas não vendem apenas produtos ou serviços. Controlam infraestrutura, comportamento, informação, publicidade, reputação, comunicação e parte crescente das relações sociais e econômicas.

A tese parecia exagerada há poucos anos. Hoje, começa a soar plausível.

Quando Elon Musk afirma que a inteligência artificial poderá tornar o trabalho humano secundário em grande parte da economia, ele não está falando apenas de automação. Está descrevendo uma reorganização profunda da sociedade. Quando Peter Thiel afirma que competição é para perdedores e que o objetivo real das empresas é alcançar monopólios tecnológicos, ele explicita a lógica estrutural da nova economia digital.

E quando a Palantir Technologies se transforma em peça estratégica de governos, defesa, inteligência e segurança, percebe-se que as big techs deixaram de ser apenas empresas privadas. Tornaram-se estruturas de poder geopolítico.

O historiador Yuval Noah Harari alerta que a inteligência artificial poderá criar uma "classe inútil", formada por milhões de pessoas economicamente deslocadas pela automação. Pela primeira vez, não se trata apenas de substituir força física. A IA começa a substituir partes crescentes da cognição humana, da análise técnica, da criatividade e até da produção intelectual.

Ao mesmo tempo, surge um paradoxo extraordinário.

Serviços sofisticados poderão se massificar numa escala inédita. Médicos apoiados por IA atenderão mais pacientes. Arquitetos, engenheiros, professores e advogados poderão multiplicar produtividade e alcance. Robôs humanoides assumirão tarefas repetitivas e perigosas. O acesso a serviços de qualidade poderá se ampliar dramaticamente.

Mas a pergunta central permanece: quem ficará com os ganhos dessa explosão de produtividade?

O capitalismo industrial distribuiu parte da riqueza por meio do emprego de massa, da urbanização e da formação da classe média. O cloud capitalism pode funcionar de forma diferente. Poucas empresas controlam nuvens computacionais, chips, sistemas operacionais, algoritmos, redes sociais e infraestrutura

global de inteligência artificial. Nunca tantos dados, capital e influência estiveram concentrados em tão poucas corporações privadas.

Por isso, ideias antes consideradas marginais começam a migrar para o centro do debate econômico. Renda básica universal. Participação acionária coletiva em fundos ligados à IA. Tributação automatizada da produtividade algorítmica. Novas formas de distribuição de riqueza produzida por máquinas.

A discussão deixa de ser apenas econômica. Passa a ser civilizacional.

E essa discussão já começou no mundo. Universidades, fundos de investimento, governos, centros estratégicos e líderes das grandes empresas de tecnologia passaram a debater não apenas o futuro da inteligência artificial, mas o futuro da própria sociedade diante dela.

O Brasil, porém, ainda discute muito pouco essas transformações.

Enquanto o mundo debate produtividade algorítmica, concentração digital, renda futura, reorganização do trabalho e soberania tecnológica, o debate público brasileiro segue frequentemente preso a disputas imediatas, polarizações superficiais e agendas do passado.

Mas essas questões definirão o futuro do emprego, da renda, da educação, da democracia, da economia e até da estabilidade social. Elas terão efeitos profundos sobre todos nós.

Por isso, esse debate precisa entrar na vida política brasileira. Precisa se tornar prioridade nacional. O país terá de discutir como preparar sua população para uma economia profundamente automatizada, como distribuir os ganhos da nova produtividade tecnológica e como evitar que a inteligência artificial amplie ainda mais desigualdades históricas.

Se algoritmos decidem, máquinas produzem e plataformas concentram poder, qual será o papel humano? O trabalho continuará sendo o principal organizador da identidade social? O que dará sentido à vida? Consumo? Entretenimento? Criatividade? Conhecimento? Comunidade? Propósito?

Já no século XIX, Alexis de Tocqueville alertava que sociedades excessivamente centralizadas poderiam produzir cidadãos passivos e dependentes. O risco atual talvez seja ainda mais sofisticado: uma centralização invisível, algorítmica e global, mediada por plataformas privadas com escala planetária.

O desafio do século XXI talvez não seja impedir a inteligência artificial. Ela já começou. O verdadeiro desafio será evitar que a prosperidade produzida por ela se transforme numa nova aristocracia tecnológica global.

Porque toda civilização entra em crise quando a maioria das pessoas deixa de enxergar um lugar digno para si dentro do próprio futuro.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**